



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PSICOTERAPEUTA OCUPACIONAL (COMPORTAMENTO COGNITIVO), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II.

01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa para Prestação de Serviços de Prestação de Serviços – Psicoterapeuta Ocupacional (Comportamento Cognitivo), visando atender as necessidades dos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses.

a- especificação do produto/serviço:

Conforme requisição de serviço nº 117/2025 e anexo I.

b- locais de entrega e regras para recebimentos:

- b.1. As solicitações dos serviços serão efetuadas parceladamente e sem quantidades mínimas, sendo realizadas conforme necessidade para atender os interesses da Administração.
- b.2. A prestação de serviço deverá ser iniciada, a expensas da vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço enviada pela Secretária Municipal de Saúde através de e-mail.
- b.3. As licitantes vencedoras deverão observar com rigor a qualidade inquestionável de seus serviços, em todas suas características.
- b.4. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais responsáveis pela prestação dos serviços solicitados por motivos de não cumprimento da excelência dos serviços a serem contratados e não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita a aplicação das sanções penais previstas em edital.
- b.5. Caberá à Secretaria de Saúde atestarem o recebimento do serviço, não se eximindo a contratada de ser chamada para substituir, à sua custa, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifique irregularidade.

c- especificação da garantia exigida:

- c.1. Caso as licitantes não se encontrem instaladas em até 35 quilômetros de distância do município de Birigui – SP, deverão apresentar oportunamente declaração que providenciará sua instalação no prazo de 30 (trinta) dias.
 - c.2. Durante o período de 30 (trinta) dias para instalação, será permitido a subcontratação de empresa, comprovado aptidão da mesma para prestar os serviços nos mesmos termos que a



contratada em razão da necessidade do objeto.

- c.3. A empresa deverá oferecer pessoal técnico especializado, para a execução dos serviços descritos e a indicação dos responsáveis técnicos pelos serviços a serem prestados, devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Classe.
- c.4. Todas as despesas com a execução dos serviços (fornecimento de todos os materiais, equipamentos, aparelhos, e mão de obra necessária para a realização dos serviços), serão por conta da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.
- c.5. Manter pessoal em número suficiente, de forma a cumprir as obrigações assumidas.
- c.6. Os profissionais envolvidos durante a execução dos serviços deverão estar comprovadamente inscritos no Conselho Regional de Classe responsável;
- c.7. Quaisquer modificações ou providências necessárias à adequação dos serviços, a suprir falhas ou omissões, deverão ser solicitadas por escrito, à CONTRATANTE.
- c.8. Cumprir o cronograma para realização das sessões, contendo dias e horários estipulados entre os pacientes e a contratada.
- c.9. Responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo dos procedimentos realizados.
- c.10. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados.
- c.11. Planejar, organizar, supervisionar e controlar o serviço e o pessoal, do ponto de vista técnico, operacional e administrativo.
- c.12. Prestar os serviços de acordo com os parâmetros e rotinas estabelecidas, com a observância às recomendações aceitas pela técnica e pela legislação.
- c.13. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- c.14. Observar as normas de segurança relativas à segurança da operação.
- c.15. A licitante vencedora responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venham a causar a terceiros, por negligência, imperícia e imprudência.
- c.16. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- c.17. A licitante vencedora deverá substituir os equipamentos e aparelhos que vierem a apresentar defeito ou quebrar de imediato, sem que isto implique aumento de custo para a Contratante.
- c.18. Prestar esclarecimento que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.
- c.19. A empresa deverá enviar mensalmente para a Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, da Secretária de Saúde, relatório dos procedimentos realizados, discriminando as atividades desenvolvidas diariamente/ semanalmente, bem como a evolução do paciente, em papel timbrado devidamente assinado, inclusive com carimbo contendo nome do conselho e registro pelos responsáveis dos serviços prestados e a cada três meses relatório com evolução clínica do paciente.



c.20. Caso haja o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência pela licitante participante e/ou licitante vencedora, requer sejam aplicadas as medidas cabíveis previstas por legislação, tal qual pena de desclassificação/inabilitação da empresa descumpridora.

02 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 – Considerando que o processo licitatório que objetiva o registro de preços que estava em andamento através do Pregão Eletrônico nº 189/2024 restou fracassado, e a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe desse serviço;

2.2 – Considerando os serviços de saúde que compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade do ser humano, conforme dispõem os artigos 196 e 197 da Constituição Federal.

“Art.: 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

“Art.: 197 São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”.

2.3 – Considerando que não há no âmbito desta Secretaria de Saúde local apropriado e profissionais qualificados para execução do serviço de Psicoterapeuta Ocupacional (Comportamento Cognitivo) e de acordo com as demandas do referido serviço que surgem no decorrer do ano, há necessidade de contratação do referido serviço.

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1 – Dos levantamentos feitos em nível de estudos não identificamos alternativas técnicas à solução escolhida, em razão da garantia dos direitos e serviços de saúde a toda a população, a Secretaria de Municipal de Saúde de Birigui, deverá disponibilizar a prestação desses serviços para demandas desta Secretaria para a garantia dos direitos já citados.

04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 – Ao ser declarada vencedora, a Licitante deverá apresentar Declaração de que se compromete a apresentar no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o encerramento do certame para análise e manifestação da Comissão Especial de avaliação, nomeada pela Portaria nº 41/2.023, os seguintes documentos:

4.2 – Cópia de Licença Sanitária Municipal ou Estadual expedida pela Vigilância Sanitária competente das instalações;

4.3 – Cópia do Alvará de Funcionamento das instalações onde o objeto será prestado;

4.4 – Salientamos que os documentos acima arrolados são imprescindíveis para a contratação dos serviços descritos neste Termo, por se tratar de serviços na área da Saúde.

4.5 – A empresa deverá oferecer pessoal técnico especializado na área à qual atuarão, apresentando as devidas certificações de conclusão de curso, reconhecidos pelo MEC, devidamente registrados nos



respectivos Conselhos Regionais de Classe.

05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 – A empresa vencedora deverá possuir sede própria ou filial em até 35 (trinta e cinco) quilômetros de distância do município de Birigui – SP. Tal exigência se justifica com base no princípio da economicidade e da eficiência na administração pública, tendo em vista que o objeto contratado envolve o atendimento presencial e contínuo a pacientes da rede pública de saúde, muitos dos quais apresentam limitações de mobilidade e/ou necessitam de acompanhamento regular. Estabelecer um limite de distância visa garantir que:

- a) s deslocamentos dos pacientes até o local dos atendimentos sejam viáveis, seguros e economicamente sustentáveis;
- b) os serviços possam ser prestados com regularidade e pontualidade, evitando atrasos, faltas e prejuízos terapêuticos;
- c) os custos com transporte (seja por parte da Administração ou dos próprios usuários) não se tornem excessivos;
- d) haja maior controle e fiscalização por parte da Secretaria Municipal de Saúde sobre a execução contratual.

Portanto, a exigência de proximidade visa assegurar a qualidade do serviço, o bem-estar dos pacientes e a economicidade no uso dos recursos públicos.

5.2 – Durante o período de 30 (trinta) dias para instalação, será permitida a subcontratação de empresa, unicamente durante este período e com a devida comprovação da aptidão da mesma para prestar os serviços, nos mesmos termos e condições que a CONTRATADA, em razão da necessidade do objeto.

5.3 – A CONTRATADA deverá executar o(s) serviço(s) contratado(s) no estabelecimento da licitante.

5.4 – A empresa deverá dar início em até 05 (cinco) dias no(s) serviço(s) contratado(s) após a emissão da Ordem de Serviço.

5.5 – A empresa deverá oferecer pessoal técnico especializado, para a execução dos serviços descritos e a indicação dos responsáveis técnicos pelos serviços a serem prestados, devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Classe.

5.6 – Todas as despesas com a execução dos serviços (fornecimento de todos os materiais, equipamentos, aparelhos, e mão de obra necessária para a realização dos serviços), serão por conta da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

5.7 – Manter pessoal em número suficiente, de forma a cumprir as obrigações assumidas.

5.8 – Os profissionais envolvidos durante a execução dos serviços deverão estar comprovadamente inscritos no Conselho Regional de Classe responsável;

5.9 – Quaisquer modificações ou providências necessárias à adequação dos serviços, a suprir falhas ou omissões, deverão ser solicitadas por escrito, à CONTRATANTE.

5.10 – Cumprir o cronograma para realização das sessões, contendo dias e horários estipulados entre os



pacientes e a contratada.

5.11 – Responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo dos procedimentos realizados.

5.12 – Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados.

5.13 – Planejar, organizar, supervisionar e controlar o serviço e o pessoal, do ponto de vista técnico, operacional e administrativo.

5.14 – Prestar os serviços de acordo com os parâmetros e rotinas estabelecidas, com a observância às recomendações aceitas pela técnica e pela legislação.

5.15 – Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

Observar as normas de segurança relativas à segurança da operação.

5.16 – A licitante vencedora responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venham a causar a terceiros, por negligência, imperícia e imprudência.

5.17 – Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

5.18 – A licitante vencedora deverá substituir os equipamentos e aparelhos que vierem a apresentar defeito ou quebrar de imediato, sem que isto implique aumento de custo para a Contratante.

5.19 – Prestar esclarecimento que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

5.20 – A empresa deverá enviar mensalmente para a Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, da Secretária de Saúde, relatório dos procedimentos realizados, discriminando as atividades desenvolvidas diariamente/ semanalmente, bem como a evolução do paciente, em papel timbrado devidamente assinado, inclusive com carimbo contendo nome do conselho e registro pelos responsáveis dos serviços prestados e a cada três meses relatório com evolução clínica do paciente.

5.21 – Todos os serviços executados deverão vir com a assinatura do responsável pelo paciente.

5.22 – Deverá encaminhar mensalmente à Secretaria de Saúde o relatório de atendimento dos serviços executados no início de cada mês para que seja fechado e conferido o faturamento do mês anterior.

5.23 – A futura detentora/contratada será responsável por acompanhar o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da Ordem de Serviço recebida.

5.24 – Caso haja o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência pela licitante participante e/ou licitante vencedora, requer sejam aplicadas as medidas cabíveis previstas por legislação, tal qual pena de desclassificação/inabilitação da empresa descumpridora.

06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 – O contrato terá como gestor o servidor(a) Roque Haroldo Bomfim, Secretário Municipal de Saúde – e terá como agente fiscalizador o servidor Fernando Monteiro Pereira, Diretor de Planejamento e Gestão de Recursos da Saúde.



07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento será efetuado após análise dos relatórios dos serviços prestados enviados pela contratada à Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, que deverão constar os procedimentos realizados, as atividades desenvolvidas diariamente/ semanalmente, bem como a evolução do paciente, em papel timbrado devidamente assinado, inclusive com carimbo contendo nome do conselho e registro pelos responsáveis dos serviços prestados e a cada três meses relatório com evolução clínica do paciente.

7.2 – O pagamento à contratada será efetuado em até 30 (trinta) DDL, a contar do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante apresentação dos documentos pertinentes e da Nota Fiscal que deverá ser eletrônica e atestada pelo setor competente da contratante.

7.3 – Pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada, uma vez satisfeita as condições estabelecidas pela contratante.

08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 – Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 – Em levantamento preliminar realizado por meio de consultas no site Painel de Contratações Públicas do Governo Federal (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), foi estimado o valor de R\$ 90.999,00 (noventa mil, novecentos e noventa e nove reais).

10 – DA VALIDADE DAS ATAS

10.1. Consoante ao artigo nº 84 da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133, de 2021), passou a ser permitido que o prazo de vigência da ata de registro de preços seja superior a um ano, vejamos: “Artigo 84 – O prazo de vigência de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso”.

Portanto, a Ata de Registro de Preços poderá ter validade superior a 12 meses e ter seu quantitativo renovado, desde que seja devidamente comprovada a conveniência de seu preço.

10.2. É vedada a adesão à Ata de Registro de Preço por outros órgãos (Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal) visto que o município não conseguirá administrar atas de outros órgãos públicos.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas serão pagas através da(s) ficha(s) de dotação:

GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
SERVIÇO	RECURSO
463	RECURSO PRÓPRIO



464	RECURSO ESTADUAL
465	RECURSO FEDERAL
MANDADOS JUDICIAIS – AP	
SERVIÇO	RECURSO
496	RECURSO PRÓPRIO
497	RECURSO ESTADUAL
498	RECURSO FEDERAL
GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
522	RECURSO PRÓPRIO
523	RECURSO FEDERAL
524	EMENDA PARLAMENTAR
MANDADOS JUDICIAIS – MAC	
SERVIÇO	RECURSO
541	RECURSO PRÓPRIO
542	RECURSO FEDERAL

12 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de qualificação técnica, a empresa licitante deverá apresentar:

- Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o profissional executou ou vem executando, satisfatoriamente, serviços com características semelhantes às do objeto da presente licitação;
- Declaração, sob as penas de Lei, de que possui sede própria ou filial em até 35 quilômetros de distância do município de Birigui – SP.
- Declaração, sob as penas da Lei, de que dispõe de profissionais habilitados para a execução dos serviços, devendo ser anexadas:
 - Certificações de conclusão de curso reconhecidos pelo MEC;
 - Inscrição nos respectivos Conselhos de Classe dos profissionais indicados;
- Comprovante de vínculo profissional, nos termos da Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos técnicos que se responsabilizarão pelos serviços a serem prestados.

APÊNDICE: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.



APÊNDICE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(elaborado com base no artigo 6º, inciso XX, combinado com o § 1º e 2º, da lei 14.133/21)

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOTERAPEUTA OCUPACIONAL (COMPORTAMENTO COGNITIVO), BASE DO TERMO DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1 – JUSTIFICATIVA:

1.1. A PSICOTERAPEUTA OCUPACIONAL (COMPORTAMENTO COGNITIVO), trabalha com a subjetividade humana, visando desenvolver maior capacidade de diferenciar, reconhecer e lidar com diferentes sentimentos e sensações. A terapia possibilita a conquista de maior autonomia e independência, aumenta a capacidade de gerenciar a própria vida, e melhora a autoestima.

1.2. Considerando os serviços de saúde que compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade do ser humano, conforme dispõem os artigos 196 e 197 da Constituição Federal.

“Art.: 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

“Art.: 197 São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”.

1.3. Solicitamos registro de preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de PSICOTERAPEUTA OCUPACIONAL (COMPORTAMENTO COGNITIVO), uma vez que o processo licitatório que objetiva o registro de preços em andamento através do Pregão Eletrônico nº 189/2024 restou fracassado, e a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe desse serviço.

2 – PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL: O objeto da contratação está dentro do planejamento anual de 2025 e inserido no Plano de Contratações Anual no item Terapia e tratamentos para as demandas da Secretaria.

3 – REQUISITOS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO: A empresa deverá oferecer pessoal técnico especializado na área à qual atuarão, apresentando as devidas certificações de conclusão de curso, reconhecidos pelo MEC, devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Classe.

4 – QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONSIDERAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA: A quantidade solicitada para o novo processo está de acordo com a demanda atual dessa Secretaria, que conta atualmente com 230 sessões mensais mais 30% para novas inclusões, portanto será



necessária a aquisição de 300 sessões dos serviços de psicopedagogia.

O quantitativo é baseado na quantidade de atendimento atual somando com possível aumento da demanda caso sejam incluídos novos processos judiciais.

5 – JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA: Dos levantamentos feitos em nível de estudos não identificamos alternativas técnicas à solução escolhida, em razão da garantia dos direitos e serviços de saúde a toda a população, a Secretaria de Municipal de Saúde de Birigui, deverá disponibilizar a prestação desses serviços para demandas desta Secretaria para a garantia dos direitos já citados.

6 – ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO: Em levantamento preliminar realizado por meio de consultas no site Painel de Contratações Públicas do Governo Federal (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), foi estimado o valor de R\$ 90.999,00 (noventa mil, novecentos e noventa e nove reais).

QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
300	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOTERAPEUTA OCUPACIONAL (COMPORTAMENTO COGNITIVO)	R\$ 303,33	R\$ 90.999,00

7 – MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS: Não se aplica.

8 – PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO ou NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO: A contratação deverá ser realizada de forma parcelada, de acordo com a necessidade mensal dos pacientes.

9 – RESULTADOS PRETENDIDOS: Conquista de maior autonomia e independência, aumento da capacidade de gerenciar a própria vida, e melhora a autoestima.

10 – PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES PELA ADMINISTRAÇÃO: Não se aplica.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES: Não se aplica.

12 – DEMONSTRAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS: Não se aplica.

13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM VISTA A SOLUÇÃO A QUE SE DESTINA: De todo o estudo realizado e considerando todas as possibilidades de caráter técnico e econômico, concluímos que a melhor solução é a contratação de serviços de PSICOTERAPEUTA OCUPACIONAL (COMPORTAMENTO COGNITIVO) destinados às necessidades da Secretaria de Saúde para atendimentos de pacientes.